

*Ex.mo Sr. Presidente da Comissão Parlamentar  
de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias,*

*c/c*

*Ex.ma Sr.<sup>a</sup> Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,*

*Ex.mo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata,*

*Ex.ma Sr.<sup>a</sup> Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Bloco de Esquerda,*

*Ex.mo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português,*

*Ex.mo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Centro Democrático*

*Social- Partido Popular,*

*Ex.ma Sr.<sup>a</sup> Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Pessoas, Animais,*

*Natureza,*

*Ex.mo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Ecológico Os Verdes,*

*Ex.mo Sr. Deputado do Partido Chega,*

*Ex.mo Sr. Deputado do Partido Iniciativa Liberal,*

*Ex.ma Sr.<sup>a</sup> Deputada Joacine Katar Moreira,*

*Lisboa, 22 de janeiro de 2021*

*Excelência,*

*A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** gostaria de sugerir que, face ao recente anúncio de suspensão de prazos processuais, fosse adotado um regime excecional de realização de atos processuais e decurso dos prazos processuais judiciais e afins.*

*Neste sentido, apresenta a proposta que anexa à presente missiva.*

*Certa da sua melhor atenção,*

*A Presidente da Direção da A.P.M.J.*

*Maria Teresa Féria de Almeida*

*R. Manuel Marques, n.º21-P - 1750-170 Lisboa Telf.*

*211994816/968793580 Fax 21 7594124*

*www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt*

## **PROPOSTA DE REGIME EXCECIONAL**

### *Artigo 1.º Âmbito material*

*O presente diploma aplica-se aos atos processuais e procedimentais que devam ser praticados no âmbito dos processos, procedimentos, atos e diligências que corram termos nos tribunais judiciais, tribunais administrativos e fiscais, tribunais arbitrais, Ministério Público, julgados de paz, entidades de resolução alternativa de litígios, cartórios notariais, conservatórias, serviços e entidades administrativas, no âmbito de procedimentos contraordenacionais, respetivos atos e diligências e no âmbito de procedimentos, atos e diligências regulados pelo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e demais legislação administrativa.*

### *Artigo 2.º*

#### *Prática de atos e prazos em curso*

*1- Na vigência da situação do estado de emergência não se praticam atos processuais e encontram-se suspensos os prazos relativos a atos processuais em curso, em processos criminais e contraordenacionais.*

*2- O referido no número anterior constitui ainda causa de suspensão dos prazos de prescrição e de caducidade relativos a esses processos.*

*3- O referido no número um deste artigo não se aplica a processos de natureza urgente, nem àqueles em que, no âmbito da tutela de direitos, liberdades e garantias, esteja em causa a vida, liberdade, integridade física e saúde mental dos/as intervenientes e ainda aqueles destinados a evitar dano irreparável.*

*4- Nos processos cíveis e similares devem ser privilegiados os meios tecnológicos de comunicação à distância, só não se aplicando quando tal não seja possível.*

*Lisboa, 22 de janeiro de 2021*